



CENTRO PARA
A VALORIZAÇÃO
DE RESÍDUOS



VALUE PORTUGAL

Sumário Executivo - Estudo de Avaliação de
Tendências Legislativas e Desafios Emergentes
no Setor dos Resíduos

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Sumário Executivo

Estudo de Avaliação de Tendências Legislativas e Desafios Emergentes no Setor dos Resíduos

No âmbito do **projeto VALUE PORTUGAL**, liderado pelo **CVR – Centro para a Valorização de Resíduos**, e cofinanciado pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do Compete 2020 - Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização, foi elaborado o Estudo de Avaliação de Tendências Legislativas e Desafios Emergentes no Setor dos Resíduos. O Estudo insere-se nas iniciativas do projeto VALUE PORTUGAL, cujo objetivo é promover a internacionalização e a competitividade dos players nacionais no mercado europeu. Pretende-se assim fortalecer, capacitar e consolidar o setor dos resíduos no país para o aproveitamento de oportunidades de crescimento, bem como prepará-lo para as novas tendências, possíveis alterações legislativas e os respetivos desafios que se antecipam.

Na primeira parte do Estudo, é feito o levantamento histórico dos acontecimentos que contribuíram para a evolução das políticas e legislação ambiental, principalmente as aplicáveis ao setor dos resíduos. Desde as primeiras preocupações na década de 1970, com problemas ambientais causados pelo não tratamento ou tratamento indevido dos resíduos, até às prioridades políticas atuais da Comissão Europeia que incluem no seu Plano de Ação, o meio ambiente e a economia circular, o Estudo apresenta os passos dados progressivamente por diversos diplomas legislativos e agendas políticas na Europa e internacionalmente em matéria ambiental até o presente. Deve-se destacar que até 2020 estará vigente o **7º Programa Geral de Ação da União** em matéria de ambiente (PAA), que traçou nove objetivos estratégicos e três áreas que necessitam de reforço, estando duas delas diretamente relacionadas com o setor dos resíduos: preservação do capital natural e uso eficiente dos recursos.

Além do contexto do 7º PAA e do **Plano de Ação para a economia circular**, o Estudo aprofunda os **princípios estruturantes do quadro regulamentar ambiental na UE** que devem ser seguidos por agentes públicos e privados, nomeadamente, o princípio do poluidor pagador, da precaução, da prevenção e da correção da poluição na fonte. Tais princípios regulatórios são apresentados conforme as suas aplicações práticas para auxiliar os players do setor em Portugal no cumprimento das obrigações legais exigidas.


Na construção das iniciativas europeias e do quadro legal aplicável, a primeira resposta legislativa foi a **Diretiva-Quadro Resíduos** que definiu os conceitos básicos iniciais da política dos resíduos. Tal diploma passou por diversas modificações e atualizações para acompanhar os desenvolvimentos do setor que são devidamente assinaladas no Estudo. Assim como a Diretiva Resíduos, é também analisada a restante legislação que forma a estrutura regulamentar sobre o ambiente e especificamente os resíduos na UE. Desta forma, são examinados o **Regulamento sobre Transferência de Resíduos**, a **Diretiva Aterros** e a **Diretiva Emissões Industriais**, além do tema dos fluxos específicos (embalagens, plásticos, eletrónicos, etc.).

Cofinanciado por:

Na parte final do Estudo são identificados as **tendências e os desafios** pelos quais o setor dos resíduos poderá brevemente passar, dadas as discussões de alterações legislativas mantidas atualmente nas instituições europeias. São ainda analisados **os mais recentes relatórios, planos e avaliação das autoridades da UE** sobre os níveis de execução e aplicação das medidas ambientais em matéria de resíduos para que o setor em Portugal siga os critérios estabelecidos e evite situações de incumprimento que podem acarretar investigações e punições por parte da Comissão Europeia e do Tribunal de Justiça.

Finalmente, o Estudo aborda a **jurisprudência do Tribunal de Justiça** quanto ao enquadramento da responsabilização ambiental, inclusivamente patrimonial, e os aspetos técnicos que orientam o funcionamento das obrigações jurídicas que devem ser observados nos Estados-Membros de forma a aplicar corretamente a legislação europeia e alcançar as metas quantitativas e qualitativas definidas nas prioridades políticas da Comissão.

Portanto, o Estudo tem por objetivo informar os players nacionais do setor dos resíduos do atual estado das políticas e da legislação europeia, assim como antecipar as tendências legislativas em debate e desafios que podem resultar de novas propostas de alteração. Igualmente, o Estudo pretende preparar o setor nacional para atingir as metas europeias que se encontram em curso.

Estudo elaborado por  **magellan**